



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022
(Processo Administrativo nº 13075.091653/2022-81)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, por meio da Divisão de Programação e Logística, Equipe Regional de Licitações, sediada na Rua Barão de Aracati, 909 – Aldeota, na cidade de Fortaleza/Ceará, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 19/09/2022

Horário: 09h00min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1 DO OBJETO

1.1O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

4.2.6.1 A experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

4.2.6.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;

4.2.7 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8 que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total de cada item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- 7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte



participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:
- 7.25.1 no país;
 - 7.25.2 por empresas brasileiras;
 - 7.25.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.25.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas [mínimo de duas horas], envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

~~8.6.2~~ Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta:

- 8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
 - 9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 9.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 9.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- 9.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.5.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.5.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.5.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas sob pena de inabilitação.
- 9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.9.5 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.11 **Habilitação jurídica:**



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- 9.11.1 no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.11.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.11.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.11.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.11.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 9.11.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12 Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.12.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.12.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.12.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.12.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.12.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.12.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.12.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13 Qualificação Econômico-Financeira.

- 9.13.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



9.13.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.3 comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.13.3.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10(dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14 Qualificação Técnica:

9.14.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.14.1.1.1 Fornecimento de materiais de consumo/expediente.

9.14.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

9.15 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.20 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.22.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.23 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas, ou assinada digitalmente, pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



15 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

16 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

17 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

17.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21 DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 22.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 22.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 22.1.3 apresentar documentação falsa;
- 22.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 22.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.6 não mantiver a proposta;
- 22.1.7 cometer fraude fiscal;
- 22.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

22.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 22.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 22.4.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 22.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



- 22.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 22.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 22.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 22.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 23.20 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.21 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.22 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



23.23 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.srrf.rf03@rfb.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Barão de Atacati, 909, 4º andar, Aldeota, Fortaleza/CE, Equipe Regional de Licitações – EQLIC03.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- 25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/receitafederal e www.gov.br/compras, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Barão de Atacati, 909, 4º andar, Aldeota, Fortaleza/CE, Equipe Regional de Licitações - EQLIC03, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.12.1 ANEXO I - Termo de Referência
 - 25.12.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 25.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 25.12.3 ANEXO III – Modelo de Proposta

(documento assinado digitalmente)
GIOVANNI BRÍGIDO BEZERRA CARDOSO
Supervisor da EQLIC/DIPOL/SRRF03


**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL
PREGÃO Nº 15/2022**
(Processo Administrativo n.º13075.091653/2022-81)
1 DO OBJETO

1.1 *Aquisição de materiais de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 324, cor parda, largura 229, características adicionais com impresso: serviço público federal, cor impressão preta.	467023	Unidade	16.000	R\$ 0,47	R\$ 7.520,00
2	Envelope com timbre papel KRAFT na cor pardo 75 g/m2 229x162, características adicionais Com brasão centralizado e impressão serviço público federal, cor impressão preta.	459332	Unidade	26.000	R\$ 0,28	R\$ 7.280,00
3	Envelope ofício papel branco 75 G/M2 – bolsa medindo 114x229 mm cor branca – com timbre – Serviço Público Federal.	459330	Unidade	6.000	R\$ 0,34	R\$ 2.040,00
4	Fita adesiva, material papel, tipo gomada, largura 50 mm, comprimento 50 m.	356778	Unidade	100	R\$ 24,00	R\$ 2.400,00
5	Guardanapo, em papel 20g/m2, 100% celulose virgem, folha dupla, cor branca, formato mínimo 23,5cm x 23,5 cm, quantidade de 50 folhas por pacote.	224569	Pacote 50 folhas	200	R\$ 3,63	R\$ 726,00
6	Papel couchê, material: celulose vegetal, cor: branca, gramatura: 180 g/m2, tipo: brilhante, comprimento: 297 mm, largura: 210 mm.	461788	Pacote 50 folhas	500	R\$ 19,88	R\$ 9.940,00
7	Estilete de segurança com corte, tipo bico de pato, fabricado em termoplástico, atóxico, Empunhadora ergonômica com estrutura reforçada. Lingueta integrada para corte de fitas adesivas e lâmina em aço inox retangular aguda.	397293	Unidade	100	R\$ 53,45	R\$ 5.345,00
8	Caixas modulares para ferramentas / Alça telescópica / Travas frontais de metal e travas de empilhamento entre os compartimentos / rodas revestidas em borracha / capacidade mínima de 45Kg/80L.	462872	Unidade	3	R\$ 1.148,12	R\$ 3.444,36
9	Jogos de ferramentas completos em aço carbono, mínimo de 110 peças.	457011	Unidade	4	R\$ 545,78	R\$ 2.183,12



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



10	Extrator de prego / Pé de Cabra, 600x29x15mm, estrutura em aço carbono com revestimento anticorrosivo.	442124	Unidade	2	R\$ 61,82	R\$ 123,64
11	Tesouras corta vergalhão; Material: Aço Cromado Molibdênio; Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila; Comprimento: 24 Pol; Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado	371965	Unidade	2	R\$ 174,78	R\$ 349,56
12	Mochilas táticas reforçadas em tecido poliéster; compartimentada com múltiplos organizadores internos; resistente à água; parte traseira acolchoada; alças de costas acolchoadas e ajustáveis; zíperes duplos; correias de compressão e ajustes laterais; cintos de fixação no tórax; velcro na parte frontal com espaço para a fixação de patches – Capacidade mínima: 40L	465943	Unidade	30	R\$ 245,79	R\$ 7.373,70
13	Luva para proteção contra agentes mecânicos, tricotada com nylon CA 29014, recoberta com Banho de poliuretano na palma, face palmar e pontas dos dedos. Formato anatômico e punho com Elástico. Tamanho P – 05 pares; tamanho M - 35 pares; tamanho G – 10 pares.	463203	Par	50	R\$ 4,73	R\$ 236,50
14	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: tradicional; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A maca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 4,5 e no máximo de 5,9 pontos na escala sensorial do café.	463592	Pacote 250g	7.400	R\$ 10,31	R\$ 76.294,00
15	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	463988	Kg	3.640	R\$ 4,03	R\$ 14.669,20
16	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	351876	Cento	620	R\$ 5,56	R\$ 3.447,20
17	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 50ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação café.	377254	Cento	200	R\$ 2,98	R\$ 596,00
18	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro	269943	Frasco 500 ml	1.100	R\$ 8,70	R\$ 9.570,00



	na Anvisa. Frasco com 500ml.					
19	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	269941	Frasco 1L	320	R\$ 8,80	R\$ 2.816,00
20	TOMADA DUPLA 2P+T SISTEMA X 10A RADIAL C/ CAIXA EXTERNA De acordo com o Padrão Brasileiro de plugues e tomadas (NBR 14136); Conexão dos fios condutores através de bornes parafusados; Certificado pelo INMETRO.	460969	Unidade	150	R\$ 15,12	R\$ 2.268,00
21	Filtro de linha, nº polos: 2P + T, mínimo de 1,20m, mínimo de 5 saídas universais 2P + T, proteção EMI e RFI, chave On-OFF, Led indicador, normas técnicas: novo padrão NBR 14136:2002	420212	Unidade	20	R\$ 36,35	R\$ 727,00
22	Lâmpada Led T5 Tubular, G5, 9W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 190°, fator de potência: 0,92, temperatura de cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 550mm, sem calha. Eficiência luminosa mínima: 100 lm/W, certificado INMETRO.	445945	Unidade	450	R\$ 32,61	R\$ 14.674,50
23	LÂMPADA LED T8 Tubular, G13, 20W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 270°, fator de potência: 0,92, temperatura de cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 1200mm, sem calha, Eficiência luminosa mínima:100 lm/W, certificado INMETRO	441654	Unidade	1.400	R\$ 20,26	R\$ 28.364,00
24	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lâmpada Tubular T-5 Giratório 2A/250V. Base G5. Bivolt. certificado INMETRO	414605	Unidade	100	R\$ 2,35	R\$ 235,00
25	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lâmpada Tubular T-8 Giratório 2A/250V. Base G13. Bivolt. certificado INMETRO	414605	Unidade	400	R\$ 5,77	R\$ 2.308,00
26	Bloco de Iluminação de Emergência com as seguintes configurações mínimas: - Fluxo luminoso de 1200 lúmens; - Consumo 3W; - Autonomia de 4 horas; - Com bateria de chumbo-ácido selada 6V 4,5 Ah; - Maior ângulo de abertura da lente dos faróis de 120°; - Fabricado em material anti-UV; - Temperatura de cor 7000k;	399271	Unidade	20	R\$ 168,78	R\$ 3.375,60
27	CABO DE REDE Cat5E UTP 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Cor AZUL. Certificado INMETRO. Caixa de 305m	467548	Caixa 305 m	4	R\$ 676,36	R\$ 2.705,44
28	Sabão em barra, composição básica: glicerinado, neutro ou limão, 1ª qualidade; unidade: caixa com 10 pacotes de sabão em barra, cada pacote com 5 unidades de 200g	298406	Caixa 10 kg	8	R\$ 86,32	R\$ 690,56
29	Detergente líquido viscoso para remoção de gorduras	303276	Caixa 24 unidades	10	R\$ 63,63	R\$ 636,30



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



	de louças, talheres e panelas, aroma limão ou neutro, concentrado, hipoalergênico, embalagem descartável; composição: tesoativos aniônicos, coadjuvante preservantes. Unidade: caixa com 24 unidades de 500ml.					
30	Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade 30 fl, tamanho grampo 26/6, Características adicionais pintura epoxi.	288921	Unidade	10	R\$ 50,78	R\$ 507,80
31	Chá de camomila em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	242775	Pacote 500g	6	R\$ 26,38	R\$ 158,28
32	Chá de erva cidreira em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	242772	Pacote 500g	6	R\$ 49,30	R\$ 295,80
33	Chá de endro em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	263571	Pacote 500g	6	R\$ 22,33	R\$ 133,98
34	Chá de erva doce em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	245189	Pacote 500g	6	R\$ 16,68	R\$ 100,08
35	Chá de canela em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	280107	Pacote 500g	6	R\$ 16,71	R\$ 100,26
36	Papel bobinado para impressora térmica tamanho 57mmx22m.	299652	Unidade	100	R\$ 2,24	R\$ 224,00
37	Papel bobinado para impressora térmica, tamanho 80mmX40m.	376141	Unidade	530	R\$ 4,73	R\$ 2.506,90
38	Extensão de 10m X 4mm, com 05 tomadas tipo régua, 220V de tensão, saída igual a tensão de entrada.	485549	Unidade	35	R\$ 51,98	R\$ 1.819,30
39	Filtro de linha, 110/220 V, 1.500 W, 10 A, 6 tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, com chave ON/OFF, fusíveis e LED indicador, de no mínimo 5 metros.	449693	Unidade	120	R\$ 71,66	R\$ 8.599,20
40	Flanela 40 X 60cm, na cor laranja.	300142	Unidade	40	R\$ 4,00	R\$ 160,00
41	Suporte para copo, material plástico, capacidade 100 copos, componentes: base dispensador/bocal saída/cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo/alavanca acionamento/caixa 24, 5, aplicação copo descartável plástico 200 ml, dimensão 50 x 19 x 16 cm, Cor branca.	355929	Unidade	10	R\$ 52,86	R\$ 528,60
42	Pasta arquivo, papelão prensado, registradora AZ, dimensões aproximadas de 280X 350 X 45mm, preta, com ferragem tipo alavanca com dois furos, dorso estreito.	283323	Unidade	250	R\$ 11,52	R\$ 2.880,00
43	Pasta arquivo, registradora AZ, dimensões aproximadas de 290 X 345 X 75mm, com ferragem niquelada de alavanca precisão, com dois	284997	Unidade	400	R\$ 18,26	R\$ 7.304,00



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



furos, com visor, dorso largo.				
TOTAL				R\$ 237.656,88

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL – SRRF03 – UASG 170040				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA
1	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 324, cor parda, largura 229, características adicionais com impresso: serviço público federal, cor impressão preta.	Unidade	14.500	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
2	Envelope com timbre papel KRAFT na cor pardo 75 g/m2 229x162, características adicionais Com brasão centralizado e impressão serviço público federal, cor impressão preta.	Unidade	22.500	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
3	Envelope ofício papel branco 75 G/M2 – bolsa medindo 114x229 mm cor branca – com timbre – Serviço Público Federal.	Unidade	6.000	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
4	Fita adesiva, material papel, tipo gomada, largura 50 mm, comprimento 50 m.	Unidade	100	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
5	Guardanapo, em papel 20g/m2, 100% celulose virgem, folha dupla, cor branca, formato mínimo 23,5cm x 23,5 cm, quantidade de 50 folhas por pacote.	Pacote 50 folhas	200	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
6	Papel couchê, material: celulose vegetal, cor: branca, gramatura: 180 g/m2, tipo: brilhante, comprimento: 297 mm, largura: 210 mm.	Pacote 50 folhas	500	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
7	Estilete de segurança com corte, tipo bico de pato, fabricado em termoplástico, atóxico, Empunhadora ergonômica com estrutura reforçada. Lingueta integrada para corte de fitas adesivas e lâmina em aço inox retangular aguda.	Unidade	100	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
8	Caixas modulares para ferramentas / Alça telescópica / Travas frontais de metal e travas de empilhamento entre os compartimentos / rodas revestidas em borracha / capacidade mínima de 45Kg/80L.	Unidade	3	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
9	Jogos de ferramentas completos em aço carbono, mínimo de 110 peças.	Unidade	4	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
11	Extrator de prego / Pé de Cabra, 600x29x15mm, estrutura em aço carbono com revestimento anticorrosivo.	Unidade	2	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
11	Tesouras corta vergalhão; Material: Aço Cromado Molibdênio; Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila; Comprimento: 24 Pol; Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado	Unidade	2	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
12	Mochilas táticas reforçadas em tecido poliéster; compartimentada com múltiplos organizadores internos; resistente à água; parte traseira acolchoada; alças de costas acolchoadas e	Unidade	30	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



	ajustáveis; zíperes duplos; correias de compressão e ajustes laterais; cintos de fixação no tórax; velcro na parte frontal com espaço para a fixação de patches – Capacidade mínima: 40L			– Fortaleza/CE
13	Luva para proteção contra agentes mecânicos, tricotada com nylon CA 29014, recoberta com Banho de poliuretano na palma, face palmar e pontas dos dedos. Formato anatômico e punho com Elástico. Tamanho P – 05 pares; tamanho M - 35 pares; tamanho G – 10 pares.	Par	50	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
14	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: tradicional; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A maca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 4,5 e no máximo de 5,9 pontos na escala sensorial do café.	Pacote 250g	1.000	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			1000	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
15	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	Kg	500	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			400	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
16	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	Cento	200	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
17	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 50ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação café.	Cento	200	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
18	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro na Anvisa. Frasco com 500ml.	Frasco 500 ml	1.000	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
19	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	Frasco 1L	200	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
30	Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade 30 fl, tamanho grampo 26/6, Características adicionais pintura epoxi.	Unidade	10	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
31	Chá de camomila em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	Pacote 500g	6	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
32	Chá de erva cidreira em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	Pacote 500g	6	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
33	Chá de endro em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	Pacote 500g	6	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza –



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



				CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
34	Chá de erva doce em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	Pacote 500g	6	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
35	Chá de canela em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	Pacote 500g	6	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE

Órgão Participante: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA – UASG 170035

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA
14	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: tradicional; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A maca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 4,5 e no máximo de 5,9 pontos na escala sensorial do café.	Pacote 250g	1.200	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
15	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	kg	800	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
20	TOMADA DUPLA 2P+T SISTEMA X 10A RADIAL C/ CAIXA EXTERNA De acordo com o Padrão Brasileiro de plugues e tomadas (NBR 14136); Conexão dos fios condutores através de bornes parafusados; Certificado pelo INMETRO.	Unidade	150	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
21	Filtro de linha, nº polos: 2P + T, mínimo de 1,20m, mínimo de 5 saídas universais 2P + T, proteção EMI e RFI, chave On-OFF, Led indicador, normas técnicas: novo padrão NBR 14136:2002	Unidade	20	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
22	Lâmpada Led T5 Tubular, G5, 9W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 190°, fator de potência: 0,92, temperatura de cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 550mm, sem calha. Eficiência luminosa mínima: 100 lm/W, certificado INMETRO.	Unidade	450	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
23	LÂMPADA LED T8 Tubular, G13, 20W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 270°, fator de potência: 0,92, temperatura de cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 1200mm, sem calha, Eficiência luminosa mínima: 100 lm/W, certificado INMETRO	Unidade	1.400	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
24	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lâmpada Tubular T-5 Giratório 2A/250V. Base G5. Bivolt. certificado INMETRO	Unidade	100	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



				CEP 64.000-090 – Teresina/PI
25	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lâmpada Tubular T-8 Giratório 2A/250V. Base G13. Bivolt. certificado INMETRO	Unidade	400	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
26	Bloco de Iluminação de Emergência com as seguintes configurações mínimas: - Fluxo luminoso de 1200 lúmens; - Consumo 3W; - Autonomia de 4 horas; - Com bateria de chumbo-ácido selada 6V 4,5 Ah; - Maior ângulo de abertura da lente dos faróis de 120°; - Fabricado em material anti-UV; - Temperatura de cor 7000k;	Unidade	20	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
27	CABO DE REDE Cat5E UTP 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Cor AZUL. Certificado INMETRO. Caixa de 305m	Caixa 305 m	4	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
28	Sabão em barra, composição básica: glicerinado, neutro ou limão, 1ª qualidade; unidade: caixa com 10 pacotes de sabão em barra, cada pacote com 5 unidades de 200g	Caixa 10 kg	8	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
29	Detergente líquido viscoso para remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma limão ou neutro, concentrado, hipoalergênico, embalagem descartável; composição: tesoativos aniônicos, coadjuvante preservantes. Unidade: caixa com 24 unidades de 500ml.	Caixa 24 unidades	10	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/ N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI

Órgão Participante: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís – DRF/SLS – UASG 170028

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA
1	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 324, cor parda, largura 229, características adicionais com impresso: serviço público federal, cor impressão preta.	Unidade	1.500	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
2	Envelope com timbre papel KRAFT na cor pardo 75 g/m2 229x162, características adicionais Com brasão centralizado e impressão serviço público federal, cor impressão preta.	Unidade	3.500	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
14	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: tradicional; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A maca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 4,5 e no máximo de 5,9 pontos na escala sensorial do café.	Pacote 250g	4.000	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			200	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
15	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade	kG	1940	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro



				CEP 65.020-902 – São Luís/MA
16	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	Cento	400	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			20	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
18	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro na Anvisa. Frasco com 500ml.	Frasco 500 ml	60	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			40	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
19	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	Frasco 1L	80	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			40	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
36	Papel bobinado para impressora térmica tamanho 57mmx22m.	Unidade	100	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
37	Papel bobinado para impressora térmica, tamanho 80mmX40m.	Unidade	480	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			50	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
38	Extensão de 10m X 4mm, com 05 tomadas tipo régua, 220V de tensão, saída igual a tensão de entrada.	Unidade	35	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
39	Filtro de linha, 110/220 V, 1.500 W, 10 A, 6 tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, com chave ON/OFF, fusíveis e LED indicador, de no mínimo 5 metros.	Unidade	20	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			100	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
40	Flanela 40 X 60cm, na cor laranja.	Unidade	40	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
41	Suporte para copo, material plástico, capacidade 100 copos, componentes: base dispensador/bocal saída/cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo/alavanca acionamento/caixa 24.	Unidade	10	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



	5, aplicação copo descartável plástico 200 ml, dimensão 50 x 19 x 16 cm, Cor branca.			
42	Pasta arquivo, papelão prensado, registradora AZ, dimensões aproximadas de 280X 350 X 45mm, preta, com ferragem tipo alavanca com dois furos, dorso estreito.	Unidade	250	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
43	Pasta arquivo, registradora AZ, dimensões aproximadas de 290 X 345 X 75mm, com ferragem niquelada de alavanca precisão, com dois furos, com visor, dorso largo.	Unidade	400	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo improrrogável, na forma do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

5.2 De modo geral, orienta o art. 3º da Lei nº 8.666, que o processo licitatório destina-se a garantir, dentre outras, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, por meio das contratações realizadas pela Administração Pública Federal.

5.2.1 De acordo com o Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º supracitado, consideram-se critérios e práticas sustentáveis, entre outros:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo

florestal sustentável ou de reflorestamento



5.3 A comprovação das exigências apresentadas poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada.

5.3.1 Na ausência da certificação pelos meios especificados no subitem acima, a comprovação poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos.

5.3.1.1 Durante o prazo de vigência contratual, a Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem quanto às exigências do instrumento convocatório.

6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da Ordem de Fornecimento, após a emissão da Nota de Empenho, em remessa *única*, nos endereços constantes no subitem 1.1.1.

6.2 Os prazos poderão ser prorrogados por até 30 dias, a critério da contratante. O pedido de prorrogação do prazo de entrega, se necessário, deverá ser dirigido ao Órgão/Unidade que emitiu a Nota de Empenho, dentro do prazo de entrega inicialmente previsto.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano



causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7 promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



11 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.3.2 **As notas fiscais para pagamento deverão ser emitidas em nome da Unidade que emitir a Ordem de Fornecimento.**

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



13.2 As contratações decorrentes de Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei 8.666/1993 e no Decreto 7.892/2013 e suas alterações.

13.3 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice *IPCA* (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1 Trata-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos por meio de Ata de Registro de Preços, dos quais não resultam obrigações futuras.

14.1.2 O pagamento está condicionado à entrega e aceitação definitiva dos materiais, segundo as regras deste Termo de Referência.

15 A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2 Referido prazo visa assegurar que os referidos itens estejam livres de vícios ou defeitos de produção ocultos. A substituição deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da entrega/devolução do produto, às expensas do licitante.



15.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 1.a falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 1.b ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.c fraudar na execução do contrato;
- 1.d comportar-se de modo inidôneo; ou
- 1.e cometer fraude fiscal.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a.i **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

a.ii Multa:

- ii.1 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii.2 compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

a.iii **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

a.iv **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

a.v **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



- 16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 17.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 17.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 17.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 17.3.1.1.1 Materiais de consumo/expediente.
- 17.4 *Os critérios de aceitabilidade de preços serão:*

17.4.1.1 Valor Global: conforme valores da planilha constante no item 1.1.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



17.4.1.2 *Valores unitários: conforme valores da planilha constante no item 1.1.*

17.4.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

17.4.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1 *O custo estimado da contratação é de R\$ 237.656,88 (duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos.*

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 13075091653/2022-81

2. Descrição da necessidade

O presente procedimento visa ao atendimento da necessidade de contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de material de consumo para a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI e a Delegacia da RFB em São Luís/MA.

A contratação visa suprir as necessidades de materiais de consumo, necessários ao bom funcionamento das Unidades da RFB da 3ª Região Fiscal.

A contratação é imprescindível, tendo em vista que as atividades rotineiras de tais unidades necessitam desses materiais para serem executadas. A escassez de espaço para armazenamento junto com a inviabilidade de se acumular estoque, fazem com que o SRP – Sistema de Registro de Preços – seja o meio mais indicado para a aquisição desse material pelos próximos 12 (doze meses), se enquadrando na hipótese do inciso IV do art 3º do Decreto nº 7.892/2013.

Logo, o SRP possibilitará à SRRF03 e aos demais órgãos participantes adquirirem seus materiais à medida de suas necessidades, promovendo, assim, uma melhor equalização no uso desses itens.

A contratação se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, devendo ser contratado por meio da modalidade Pregão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL/DIPOL/SRRF03	Ivson Pordeus Gomes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A(s) empresa(s) deve(m) fornecer os materiais abaixo, conforme for(em) demandada(s), durante os 12 meses de vigência da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT. SRRF03 (UASG 170040)	QUANT. DRF/TSA (UASG 170035)	QUANT. DRF/JNE (UASG 170040)	QUANT. DRF/SLS (UASG 170028)	QUANT. ARF/IMP (UASG 170028)	QUANT. TOTAL
1	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 324, cor parda, largura 229, características adicionais com impresso: serviço público federal, cor impressão Preta.	UNID	14500			1500		16000
	Envelope com timbre papel KRAFT							

2	na cor pardo 75 g/m2 229x162, características adicionais Com brasão centralizado e impressão serviço público federal, cor impressão preta.	UNID	22500				3500		26000
3	Envelope ofício papel branco 75 G /M2 – bolsa medindo 114x229 mm cor branca – com timbre – Serviço Público Federal.	UNID	6000						6000
4	Fita adesiva, material papel, tipo gomada, largura 50 mm, comprimento 50 m.	UNID	100						100
5	Guardanapo, em papel 20g/m2, 100% celulose virgem, folha dupla, cor branca, formato mínimo 23,5cm x 23,5 cm, quantidade de 50 folhas por pacote.	PAC	200						200
6	Papel couchê, material:celulose vegetal, cor:branca, gramatura:180 g /m2, tipo:brilhante, comprimento: 297 mm, largura:210 mm.	PCT 50 FLS	500						500
7	Estilete de segurança com corte, tipo bico de pato, fabricado em termoplástico, atóxico, Empunhadora ergonômica com estrutura reforçada. Lingueta integrada para corte de fitas adesivas e lâmina em aço inox retangular aguda.	UNID	100						100
8	Caixas modulares para ferramentas / Alça telescópica / Travas frontais de metal e travas de empilhamento entre os compartimentos / rodas revestidas em borracha / capacidade mínima de 45Kg/80L	UNID	3						3
9	Jogos de ferramentas completos em aço carbono, mínimo de 110 peças	UNID	4						4
10	Extrator de prego / Pé de Cabra, 600x29x15mm, estrutura em aço carbono com revestimento anticorrosivo.	UNID	2						2
11	Tesouras corta vergalhão em aço 24'' Corta-Vergalhão Tipo: Tesoura Material: Aço Cromado Molibdênio Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila Comprimento: 24 Pol Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado/Capaciada Corte 1 /4 Pol	UNID	2						2
12	Mochilas táticas reforçadas em tecido poliéster ; compartimentada com múltiplos organizadores internos; resistente à água ; parte traseira acolchoada; alças de costas acolchoadas e ajustáveis; zíperes duplos; correias de compressão e ajustes laterais; cintos de fixação no tórax; velcro na parte frontal com espaço para a fixação de patches – Capacidade mínima: 40L	UNID	30						30

13	Luva para proteção contra agentes mecânicos, tricotada com nylon CA 29014, recoberta com Banho de poliuretano na palma, face palmar e pontas dos dedos. Formato anatômico e punho com Elástico. Tamanho P – 05 pares; tamanho M - 35 pares; tamanho G – 10 pares.	UNID (PAR)	50						50
14	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: tradicional; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A maca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 4,5 e no máximo de 5,9 pontos na escala sensorial do café.	PAC	1000	1200	1000	4000	200		7400
15	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	KG	500	800	400	1940			3640
16	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	CENTO	200			400	20		620
17	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 50ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação café.	CENTO	200						200
18	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro na Anvisa. Frasco com 500ml.	UNID	1000			60	40		1100
19	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	UNID	200			80	40		320
20	TOMADA DUPLA 2P+T SISTEMA X 10A RADIAL C/ CAIXA EXTERNA De acordo com o Padrão Brasileiro de plugues e tomadas (NBR 14136); Conexão dos fios condutores através de bornes parafusados; Certificado pelo INMETRO.	UNID		150					150
21	Filtro de linha, nº polos: 2P + T, mínimo de 1,20m, mínimo de 5 saídas universais 2P + T, proteção EMI e RFI, chave On-OFF, Led indicador, normas técnicas: novo padrão NBR 14136:2002	UNID		20					20
	Lâmpada Led T5 Tubular, G5, 9W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 190°, fator de potência: 0,92, temperatura de								

22	cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 550mm, sem calha. Eficiência luminosa mínima: 100 lm/W, certificado INMETRO.	UNID		450				450
23	LÂMPADA LED T8 Tubular, G13, 20W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 270°, fator de potência: 0,92, temperatura de cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 1200mm, sem calha, Eficiência luminosa mínima: 100 lm/W, certificado INMETRO	UNID		1400				1400
24	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lampada Tubular T-5 Giratório 2A /250V. Base G5. Bivolt. certificado INMETRO	UNID		100				100
25	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lâmpada Tubular T-8 Giratório 2A /250V. Base G13. Bivolt. certificado INMETRO	UNID		400				400
26	Bloco de Iluminação de Emergência com as seguintes configurações mínimas: - Fluxo luminoso de 1200 lúmens; - Consumo 3W; - Autonomia de 4 horas; - Com bateria de chumbo-ácido selada 6V 4,5 Ah; - Maior ângulo de abertura da lente dos faróis de 120°; - Fabricado em material anti-UV; - Temperatura de cor 7000k;	UNID		20				20
27	CABO DE REDE Cat5E UTP 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Cor AZUL. Certificado INMETRO. Caixa de 305m	CAIXAS		4				4
28	Sabão em barra, composição básica: glicerinado, neutro ou limão, 1ª qualidade; unidade: caixa com 10 pacotes de sabão em barra, cada pacote com 5 unidades de 200g	CAIXAS		8				8
29	Detergente líquido viscoso para remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma limão ou neutro, concentrado, hipoalergênico, embalagem descartável; composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante preservantes. Unidade: caixa com 24 unidades de 500ml.	CAIXAS		10				10
30	Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade 30 fl, tamanho grampo 26/6, Características adicionais pintura epoxi.	UNID			10			10
31	Chá de camomila em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	PAC			6			6
32	Chá de erva cidreira em embalagens de 500g, podendo ser							6

	acondicionados em sachês ou não.	PAC			6			
33	Chá de endro em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	PAC			6			6
34	Chá de erva doce em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	PAC			6			6
35	Chá de canela em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	PAC			6			6
36	Bobina de senha para impressora térmica 57mmx22m.	UNID				100		100
37	Papel bobinado para impressora térmica, tamanho 80mmX40m.	UNID				480	50	530
38	Extensão de 10m X 4mm, com 05 tomadas tipo régua, 220V de tensão, saída igual a tensão de entrada.	UNID				35		35
39	Filtro de linha, 110/220 V, 1.500 W, 10 A, 6 tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, com chave ON/OFF, fusíveis e LED indicador, de no mínimo 5 metros.	UNID				20	100	120
40	Flanela 40 X 60cm, na cor laranja.	UNID				40		40
41	Suporte para copo, material plástico, capacidade 100 copos, componentes: base dispensador /bocal saída/cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo/alavanca acionamento /caixa 24, 5, aplicação copo descartável plástico 200 ml, dimensão 50 x 19 x 16 cm, Cor branca.	UNID				10		10
42	Pasta arquivo, papelão prensado, registradora AZ, dimensões aproximadas de 280X 350 X 45mm, preta, com ferragem tipo alavanca com dois furos, dorso estreito.	UNID				250		250
43	Pasta arquivo, registradora AZ, dimensões aproximadas de 290 X 345 X 75mm, com ferragem niquelada de alavanca precisão, com dois furos, com visor, dorso largo.	UNID				400		400

O prazo de entrega dos itens deverá ser de no máximo 30 dias, iniciado após o envio da Ordem de Fornecimento.

5. Levantamento de Mercado

Trata-se de aquisição de bens comuns, como preconiza o parágrafo único do Art. 1º, da Lei 10.520/2002, pois os padrões de desempenho e de qualidade são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, conforme as características constantes no Item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, sendo que há fornecedores disponíveis no mercado capazes de prover a solução para a necessidade da Administração.

As aquisições tratam-se de materiais de consumo não duráveis (itens de copa/cozinha, expediente e manutenção), que advirão de recursos de Custeio, e correspondem a insumos de utilização imediata ou reposição de estoques nos almoxarifados para uso no exercício de 2022 e 2023.

Dessa forma, o tipo de solução a contratar será a aquisição pela Administração, mediante licitação sob a modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto 10.024/2019. A contratação se dará através do Sistema de Registro de Preços - SRP, definido pelo Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e regulamentada pelo Decreto Nº 7.982, de 23 de janeiro de 2013, firmando-se ao final do certame Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigatório, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo esse improrrogável.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação pretendida para as unidades envolvidas deve proporcionar o fornecimento dos itens descritos no Tópico 4 deste Estudo Técnico Preliminar, sendo os mesmos devem ser entregues nos locais indicados e cumprirem todas as características exigidas no Edital e Termo de Referência.

Para a aquisição destes bens a solução contratada é a que atende às necessidades, uma vez que o exercício das competências legais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, somado ao desempenho da atividade de fiscalização tributária, previdenciária e aduaneira, e do combate à pirataria e à contrafação, determinam que a Administração providencie os insumos necessários à eficiência e eficácia das atividades, sendo que os itens solicitados são indispensáveis para as atividades fins da Instituição ou de suporte para as mesmas.

Durante o prazo válido da Ata de Registro de Preços assinada, a(s) contratada(s) deverá(ão) fornecer os materiais conforme normas pertinentes, cumprindo as obrigações contratuais constantes do instrumento convocatório e seus anexos, mantendo a qualidade e características da proposta original, bem como garantia dos materiais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Trata-se de ARP para atendimento das seguintes Unidades Administrativas:

- Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal - UASG 170040;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI - UASG 170035; e
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís/MA - UASG 170028.

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi levantada juntamente aos servidores integrantes de equipes de vigilância e repressão ao contrabando, descaminho e outros ilícitos, e demais setores das Unidades Gestoras e Administrativas das demais Unidades da 3ª Região Fiscal, sopesando a expectativa de uso no próximo exercício.

Em consonância com o Artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a adoção de Ata de Registro de Preços é possível nos seguintes casos:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (destacamos).

Por tratar-se de grande variedade de produtos (bens de consumo e investimentos), cujas aquisições restarão vinculadas às disponibilidades orçamentárias do Órgão, optou-se pelo Registro de Preços pela indefinição do quantitativo demandado.

Não obstante, ressalva-se que o SRP constitui conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras, não acarretando prejuízo ou desperdício para os cofres públicos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 237.656,88

O preço estimado para o bem foi definido de acordo com o que prescreve a Instrução Normativa (IN) nº 73, de 5 de agosto de 2020. O art. 5º estabelece a metodologia de pesquisa de preços que os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SIG) devem utilizar:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

Em pesquisas cujo parâmetro para composição de preços foi o Relatório da ferramenta Pannel de Preços, o valor selecionado foi a MÉDIA apresentada. A data de realização das pesquisas consta do rodapé do documento gerado, e observa o prazo estipulado na referida diretriz.

O valor estimado da contratação foi obtido através de pesquisa realizada no Pannel de Preços, inciso I, da Instrução Normativa nº 73 /2020, e de pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, inciso III, da Instrução Normativa nº 73 /2020.

Item	Descrição	Quant. Total	Medida	Pesquisas	Valor Unitário (R\$)	Média do Valor Unitário	Valor Total Estimado (R\$)
1	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 324, cor parda, largura 229, características adicionais com impresso: serviço público federal, cor impressão preta.	16.000	Unidade	Pannel de Preços (Média)	R\$ 0,50	R\$ 0,47	R\$ 7.520,00
				Amazon	R\$ 0,33		
				Americanas	R\$ 0,62		
				Carrefour	R\$ 0,44		
2	Envelope com timbre papel KRAFT na cor pardo 75 g/m2 229x162, características adicionais Com brasão centralizado e impressão serviço público federal, cor impressão preta.	26.000	Unidade	Pannel de Preços (Média)	R\$ 0,32	R\$ 0,28	R\$ 7.280,00
				Amazon	R\$ 0,29		
				Kalunga	R\$ 0,24		

				Sacolas.net	R\$ 0,45		
3	Envelope ofício papel branco 75 G /M2 – bolsa medindo 114x229 mm cor branca – com timbre – Serviço Público Federal.	6.000	Unidade	Painel de Preços (Média)	1,52	R\$ 0,34	R\$ 2.040,00
				Extra	0,38		
				Kalunga	0,34		
				Palimontes	0,30		
4	Fita adesiva, material papel, tipo gomada, largura 50 mm, comprimento 50 m.	100	Unidade	Painel de Preços (Média)	17,41	R\$ 24,00	R\$ 2.400,00
				Ferreira Costa	23,90		
				Lister	29,78		
				Carrefour	24,90		
5	Guardanapo, em papel 20g/m2, 100% celulose virgem, folha dupla, cor branca, formato mínimo 23,5cm x 23,5 cm, quantidade de 50 folhas por pacote.	200	Pacote 50 folhas	Painel de Preços (Média)	3,04	R\$ 3,63	R\$ 726,00
				Casa do Saco	4,50		
				Oceano B2B	2,99		
				Magazine Luiza	3,99		
6	Papel couchê, material: celulose vegetal, cor: branca, gramatura: 180 g /m2, tipo: brilhante, comprimento: 297 mm, largura: 210 mm.	500	Pacote 50 folhas	Painel de Preços (Média)	16,75	R\$ 19,88	R\$ 9.940,00
				Magazine Luiza	16,63		

				Extra	24,62		
				Malibu	21,50		
7	Estilete de segurança com corte, tipo bico de pato, fabricado em termoplástico, atóxico, Empunhadora ergonômica com estrutura reforçada. Lingueta integrada para corte de fitas adesivas e lâmina em aço inox retangular aguda.	100	Unidade	Painel de Preços (Média)	17,49	R\$ 53,45	R\$ 5.345,00
				Lister	85,20		
				Loja do Estilete	48,20		
				Magazine Luiza	58,70		
8	Caixas modulares para ferramentas / Alça telescópica / Travas frontais de metal e travas de empilhamento entre os compartimentos / rodas revestidas em borracha / capacidade mínima de 45Kg/80L.	3	Unidade	Ponto	1.399,90	R\$ 1.148,12	R\$ 3.444,36
				Amazon	934,56		
				Loja do Mecanico	1.169,90		
9	Jogos de ferramentas completos em aço carbono, mínimo de 110 peças.	4	Unidade	Painel de Preços (Média)	562,52	R\$ 545,78	R\$ 2.183,12
				Amazon	554,00		
				Ferramentas Kennedy	476,69		
				Carajás	589,90		
10	Extrator de prego / Pé de Cabra, 600x29x15mm, estrutura em aço carbono com revestimento anticorrosivo.	2	Unidade	Painel de Preços (Média)	58,81	R\$ 61,82	R\$ 123,64
				Extra	59,49		
				Mbastos	63,09		

				Ultra Máquinas	65,89		
11	Tesouras corta vergalhão; Material: Aço Cromado Molibdênio; Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila; Comprimento: 24 Pol; Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado	2	Unidade	Painel de Preços (Média)	173,74	R\$ 174,78	R\$ 349,56
				Estrela 10	144,56		
				Amazon	170,90		
				Loja do Mecanico	209,90		
12	Mochilas táticas reforçadas em tecido poliéster; compartimentada com múltiplos organizadores internos; resistente à água; parte traseira acolchoada; alças de costas acolchoadas e ajustáveis; zíperes duplos; correias de compressão e ajustes laterais; cintos de fixação no tórax; velcro na parte frontal com espaço para a fixação de patches – Capacidade mínima: 40L	30	Unidade	Painel de Preços (Média)	312,35	R\$ 245,79	R\$ 7.373,70
				Oásis Tendências	259,90		
				Magazine Luiza	189,90		
				Amazon	220,99		
13	Luva para proteção contra agentes mecânicos, tricotada com nylon CA 29014, recoberta com Banho de poliuretano na palma, face palmar e pontas dos dedos. Formato anatômico e punho com Elástico. Tamanho P – 05 pares; tamanho M - 35 pares; tamanho G – 10 pares.	50	Par	Painel de Preços (Média)	4,89	R\$ 4,73	R\$ 236,50
				Dimensional	2,69		
				Met EPI	4,25		
				Sodine	5,06		
	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: tradicional; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade:			Painel de Preços (Média)	9,33		

14	mínimo 24 meses. A maca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 4,5 e no máximo de 5,9 pontos na escala sensorial do café.	7400	Pacote 250g	Pilão	12,90	R\$ 10,31	R\$ 76.294,00
				Ingredientes Online	9,00		
				Linha Forte	9,99		
15	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	3640	kg	Painel de Preços (Média)	3,52	R\$ 4,03	R\$ 14.669,20
				G Barbosa	4,59		
				Pão de Açúcar	4,49		
				Magazine Luiza	3,50		
16	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	620	cento	Painel de Preços (Média)	4,82	R\$ 5,56	R\$ 3.447,20
				Magazine Luiza	5,34		
				Festa Party	6,99		
				Copapel	5,09		
17	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 50ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação café.	200	cento	Painel de Preços (Média)	2,44	R\$ 2,98	R\$ 596,00
				Magazine Luiza	2,71		
				Higinet	3,99		
				Submarino	2,79		

18	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro na Anvisa. Frasco com 500ml.	1100	Frasco 500 ml	Painel de Preços (Média)	6,78	R\$ 8,70	R\$ 9.570,00
				ISP Saúde	9,41		
				Diana Cosméticos	9,90		
				Le biscuit	2,99		
19	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	320	Unidade	Painel de Preços (Média)	9,54	R\$ 8,80	R\$ 2.816,00
				Utilidades Clínicas	7,65		
				Magazine Luiza	9,00		
				Magazine Médica	9,00		
20	TOMADA DUPLA 2P+T SISTEMA X 10A RADIAL C/ CAIXA EXTERNA De acordo com o Padrão Brasileiro de plugues e tomadas (NBR 14136); Conexão dos fios condutores através de bornes parafusados; Certificado pelo INMETRO.	150	Unidade	Painel de Preços (Média)	11,35	R\$ 15,12	R\$ 2.268,00
				Americanas	19,24		
				Carajás	14,99		
				Magazine Luiza	14,90		
21	Filtro de linha, nº polos: 2P + T, mínimo de 1,20m, mínimo de 5 saídas universais 2P + T, proteção EMI e	20	Unidade	Painel de Preços (Média)	31,94	R\$ 36,35	R\$ 727,00
				Amazon	34,90		

	RFI, chave On-OFF, Led indicador, normas técnicas: novo padrão NBR 14136:2002			Magazine Luiza	42,22		
				Americanas	58,90		
22	Lâmpada Led T5 Tubular, G5, 9W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 190°, fator de potência: 0,92, temperatura de cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 550mm, sem calha. Eficiência luminosa mínima: 100 lm/W, certificado INMETRO.	450	Unidade	Painel de Preços (Média)	25,18	R\$ 32,61	R\$ 14.674,50
				Ilumina	36,35		
				Blight	35,17		
				Inspire Home	33,72		
23	LÂMPADA LED T8 Tubular, G13, 20W, Bivolt, 100-240V, 60 Hz, 270°, fator de potência: 0,92, temperatura de cor: 6500K (branca fria), IRC >80; ligação bilateral, Comprimento: 1200mm, sem calha, Eficiência luminosa mínima: 100 lm/W, certificado INMETRO	1400	Unidade	Painel de Preços (Média)	18,27	R\$ 20,26	R\$ 28.364,00
				Amazon	23,22		
				Eletrorastro	19,98		
				Belluce	19,58		
24	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lâmpada Tubular T-5 Giratório 2A /250V. Base G5. Bivolt. certificado INMETRO	100	Unidade	Painel de Preços (Média)	2,99	R\$ 2,35	R\$ 235,00
				Magazine Luiza	1,96		
				Panorama Home Center	1,40		
				Star Ferramentas	2,11		
				Painel de Preços (Média)	2,16		

25	SOQUETE DE PLÁSTICO para Lâmpada Tubular T-8 Giratório 2A /250V. Base G13. Bivolt. certificado INMETRO	400	Unidade	Magazine Luiza	6,59	R\$ 5,77	R\$ 2.308,00
				Submarino	4,90		
				Eletrorastro	5,81		
26	Bloco de Iluminação de Emergência com as seguintes configurações mínimas: - Fluxo luminoso de 1200 lúmens; - Consumo 3W; - Autonomia de 4 horas; - Com bateria de chumbo-ácido selada 6V 4,5 Ah; - Maior ângulo de abertura da lente dos faróis de 120°; - Fabricado em material anti-UV; - Temperatura de cor 7000k;	20	Unidade	Painel de Preços (Média)	87,31	R\$ 168,78	R\$ 3.375,60
				Intelbras	183,90		
				Amazon	151,12		
				Contra Incêndio	171,33		
27	CABO DE REDE Cat5E UTP 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Cor AZUL. Certificado INMETRO. Caixa de 305m	4	Caixa 305 m	Painel de Preços (Média)	578,06	R\$ 676,36	R\$ 2.705,44
				Americanas	868,89		
				Kalunga	529,10		
				Amazon	729,40		
28	Sabão em barra, composição básica: glicerinado, neutro ou limão, 1ª qualidade; unidade: caixa com 10 pacotes de sabão em barra, cada pacote com 5 unidades de 200g	8	Caixa 10 kg	Painel de Preços (Média)	48,59	R\$ 86,32	R\$ 690,56
				Americanas	82,73		
				Magazine Luiza	139,90		
				Star Produtos de Limpeza	89,90		

29	Detergente líquido viscoso para remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma limão ou neutro, concentrado, hipoalergênico, embalagem descartável; composição: tesoativos aniônicos, coadjuvante preservantes. Unidade: caixa com 24 unidades de 500ml.	10	Caixa 24 unidades	Painel de Preços (Média)	29,84	R\$ 63,63	R\$ 636,30
				Americanas	67,10		
				Shop Fácil	64,42		
				Leroy Merlin	59,37		
30	Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade 30 fl, tamanho grampo 26/6, Características adicionais pintura epoxi.	10	Unidade	Painel de Preços (Média)	25,27	R\$ 50,78	R\$ 507,80
				Magazine Luiza	43,55		
				Americanas	44,90		
31	Chá de camomila em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	6	Pacote	Painel de Preços (Média)	23,00	R\$ 26,38	R\$ 158,28
				Amazon	29,90		
				Magazine Luiza	22,71		
				Viva Salute	29,90		
32	Chá de erva cidreira em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	6	Pacote	Painel de Preços (Média)	19,95	R\$ 49,30	R\$ 295,80
				Flora Medicinal	55,00		
				Americanas	44,90		

				Chá do Brasil	48,00		
33	Chá de endro em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	6	Pacote	Painel de Preços (Média)	9,99	R\$ 22,33	R\$ 133,98
				Magazine Luiza	23,00		
				Shoptime	19,00		
				Mercadão Natural	25,00		
34	Chá de erva doce em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	6	Pacote	Painel de Preços (Média)	12,20	R\$ 16,68	100,08
				Empório Xingu	17,95		
				Bendito Grão	17,87		
				Magazine Luiza	18,70		
35	Chá de canela em embalagens de 500g, podendo ser acondicionados em sachês ou não.	6	Pacote	Painel de Preços (Média)	14,99	R\$ 16,71	R\$ 100,26
				Emporio Xingu	19,95		
				Chá do Brasil	40,00		
				Atacadão Natural	15,20		
				Painel de Preços (Média)	1,63		
				Sodine	2,88		

36	Papel bobinado para impressora térmica tamanho 57mmx22m.	100	Unidade	Americanas	2,20	R\$ 2,24	R\$ 224,00
				Magazine Luiza	2,23		
37	Papel bobinado para impressora térmica, tamanho 80mmX40m.	530	Unidade	Painel de Preços (Média)	2,78	R\$ 4,73	R\$ 2.506,90
				Mastech Tecnologia	6,63		
				Amazon	5,26		
				Intersupri	4,20		
38	Extensão de 10m X 4mm, com 05 tomadas tipo régua, 220V de tensão, saída igual a tensão de entrada.	35	Unidade	Painel de Preços (Média)	51,73	R\$ 51,98	R\$ 1.819,30
				Amazon	56,94		
				Kabum	49,90		
				Carrefour	49,36		
39	Filtro de linha, 110/220 V, 1.500 W, 10 A, 6 tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, com chave ON/OFF, fusíveis e LED indicador, de no mínimo 5 metros.	120	Unidade	Painel de Preços (Média)	30,12	R\$ 71,66	R\$ 8.599,20
				Madeira Madeira	69,99		
				Submarino	79,99		
				Eletropus	65,00		
				Painel de Preços (Média)	1,88		

40	Flanela 40 X 60cm, na cor laranja.	40	Unidade	Casas Bahia	3,28	R\$ 4,00	R\$ 160,00
				Extra	4,18		
				O Vareijão Auto Peças	4,55		
41	Suporte para copo, material plástico, capacidade 100 copos, componentes: base dispensador/bocal saída/cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo /alavanca acionamento/caixa 24, 5, aplicação copo descartável plástico 200 ml, dimensão 50 x 19 x 16 cm, Cor branca.	10	Unidade	Painel de Preços (Média)	42,10	R\$ 52,86	R\$ 528,60
				Casas Bahia	53,46		
				Americanas	45,99		
				Amazon	69,90		
42	Pasta arquivo, papelão prensado, registradora AZ, dimensões aproximadas de 280X 350 X 45mm, preta, com ferragem tipo alavanca com dois furos, dorso estreito.	250	Unidade	Painel de Preços (Média)	10,97	11,52	R\$ 2.880,00
				Magazine Luiza	12,30		
				Carrefour	13,38		
				Mult Papelaria	9,41		
43	Pasta arquivo, registradora AZ, dimensões aproximadas de 290 X 345 X 75mm, com ferragem niquelada de alavanca precisão, com dois furos, com visor, dorso largo.	400	Unidade	Painel de Preços (Média)	14,00	R\$ 18,26	R\$ 7.304,00
				Americanas	20,65		
				Port	22,00		
				Sodine	16,40		
TOTAL							R\$ 237.656,88

O art. 6º da IN SEGES nº 73 estabelece que “serão utilizados como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderando os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.”

O Tribunal de Contas da União (TCU) em seus Acórdãos 2.943/2013-Plenário e 2.637/2015-Plenário, já determinava que deve-se desconsiderar os valores demasiadamente destoantes. Para o Tribunal, a pesquisa de preços deve desconsiderar/excluir as informações cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado.

A metodologia utilizada para identificar estas distorções visa descartar valores que apresentem grandes variações em relação aos demais.

Neste mesmo sentido, a IN nº 73, de 5/8/2020 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece no art. 3º como deve ser confeccionado/materializado a pesquisa de preços, conforme a seguir:

"Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - identificação do agente responsável pela cotação;

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e

V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável."

Desta forma, para encontrar o valor estimado de cada item, foi utilizado o método da MÉDIA SANEADA, que consiste em deixar a amostra suficientemente homogênea. Para tanto, obtém-se o coeficiente de variação (CV), por meio da razão entre o Desvio Padrão (DP) e a Média (M). Se o resultado for menor que 25% estaremos com uma amostra considerada homogênea.

Deve-se estabelecer um intervalo: LS e LI, conforme abaixo, onde os valores que estiverem fora deste intervalo serão excluídos, deixando assim a amostra mais homogênea.

Limite Superior (LS): Média (M) + Desvio-padrão (DP)

Limite Inferior (LI): Média (M) - Desvio-padrão (DP)

Assim, definiu-se para esta contratação, que o valor de mercado para a aquisição do objeto terá como base a média saneada dos valores pesquisados no painel de preços e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

As pesquisas em vermelho na planilha são as que foram excluídas para o cálculo da média saneada, conforme documento que consta no processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Os itens não serão agrupados, tendo em vista que o agrupamento poderia restringir a competitividade do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes que estão vinculadas às aquisições pretendidas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Planejamento Estratégico da Receita Federal do Brasil (2021-2023) traz como missão da Instituição a Administração do Sistema Tributário e Aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país.

Neste sentido, um dos objetivos de pessoas e recursos é, dentre outros, "fortalecer a logística aplicada às operações de vigilância e repressão e à gestão de mercadorias apreendidas". Em sua descrição pormenorizada, trata de assegurar recursos logísticos e otimizar sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais, intenção à qual se alinha as aquisições em questão, indispensável para a manutenção das atividades nas Unidades demandantes.

Não obstante, as contratações encontram-se alinhadas com a programação de despesas de custeio do Órgão por meio do Planejamento e Gerenciamento de Contratações para os exercício de 2022 e 2023. Os itens não contemplados na versão atual do Referido documento serão incluídos durante a janela de alterações.

Por fim, as aquisições pretendidas alinham-se às competências regenciais presentes no Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, como destaca o trecho abaixo:

Art. 168. À Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à gestão de materiais e serviços;

II - à gestão de imóveis e obras;

III - à gestão de mercadorias apreendidas;

IV - à gestão documental;

V - à gestão do planejamento orçamentário;

VI - à gestão da execução orçamentária e financeira;

VII - à gestão contábil, no que couber, ao registro dos créditos tributários a receber, com base nas informações fornecidas pela Corat;

VIII - à gestão de contratos e de procedimentos licitatórios; e

IX - à gestão de custos. (destacamos)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos materiais de forma planejada atende ao princípio da eficiência, com economia de custos administrativos internos (inerentes ao procedimento de licitação), ampliação dos potenciais interessados em razão do maior vulto da aquisição, redução de custos com transporte e, conseqüente redução dos preços da aquisição.

A despeito dos resultados pretendidos e benefícios a serem alcançados, relacionam-se abaixo conforme segue:

Com a aquisição dos materiais de utilização nas atividades de Vigilância e Repressão, itens 7 ao 13, busca-se a otimização e racionalização do trabalho desenvolvido pelas equipes de operações das atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e à pirataria, ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, ao tráfico internacional de armas de fogo e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, uma vez que a referida demanda visa subsidiar uma das atividades finalística do Órgão.

As aquisições ora pleiteadas dos materiais de expediente e materiais elétricos, dos itens 1 ao 6, 18 ao 30 e 36 ao 43, compõem rol daqueles bens indispensáveis para manutenção das Unidades envolvidas, e buscam o implemento da vida útil dos sistemas prediais e a conservação do patrimônio público. Dispensá-los acarretaria precariedade da segurança dos usuários dos edifícios desta Região Fiscal. Sendo assim, evidencia-se que, fomentar a manutenção preventiva destes, esta Administração prima pela economicidade e bom aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Objetivando o atendimento de servidores e funcionários que exercem suas atividades presenciais nos edifícios do Órgão na RF03, especialmente nas Inspetorias e Alfândegas nas quais há restrição de acesso físico e jornadas de trabalho ininterruptas, os suprimentos de materiais de consumo humano, dos itens 14 ao 17 e 31 ao 35, buscam abrandar as necessidades dos serviços de copa/cozinha, assegurando acesso ao período de alimentação em todas as Unidades, resultando no aumento do índice de satisfação do Servidor durante o desempenho de suas atividades, bem como saúde, bem-estar e qualidade de vida

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providência a serem adotadas previamente por esta Administração à aquisição pretensa, no tocante à organização e/ou ambiente de trabalho, tampouco em relação à capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão de materiais e equipamentos. Os trâmites administrativos para a licitação já se encontram incorporados na rotina de trabalho da Equipe de Licitação desta RF03, e os órgãos que receberão os referidos itens já estão dotados de capacidade técnica e infraestrutura para dar continuidade ao recebimento dos itens contratados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial as escolhas dos materiais e da gestão de produção podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação. As aquisições pretendidas devem prever, nas especificações técnicas ou obrigações da contratada, práticas que favoreçam a implementação da sustentabilidade, ao utilizar adequadamente produtos químicos, minimizando os riscos e assim, restringindo qualquer impacto negativo ao meio ambiente e aos usuários, cumprindo, no que couber, a Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo esta Equipe de Planejamento constatado as necessidades apresentadas por meio dos documentos de formalização de demanda, e justificadas no Tópico 2 deste ETP, verifica-se que as aquisições conforme as especificações e quantidades dos Setores demandantes mostram-se exequíveis e viáveis.

Ante a perspectiva de atendimento de contingências da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil por meio do Sistema de Registro de Preços, e pautado nos Princípios Administrativo da Eficiência e Constitucional da Economicidade, esta Equipe de Planejamento elaborou pesquisa de preços para composição do valor de referência, respeitando os parâmetros da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020,

16. Responsáveis

Assinam este documento e são responsáveis pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar os membros da Equipe de Planejamento, nos termos da Portaria SRRF03 nº 218, de 19 de maio de 2022.

CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO

Analista Técnico-Administrativo

IVSON PORDEUS GOMES

Assistente Técnico-Administrativo

ANTONIO FELIPE DA COSTA FILHO

Requisitado/Nomeado para Função



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 3ª REGIÃO FISCAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, com sede na Rua Barão de Aracati, 909 – 4º Andar, Bairro Aldeota, na cidade de Fortaleza/CE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.460/0078-20, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2022, publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de consumo, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº 15/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
---------	----------------------	---------	------------

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais*



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ANEXO III DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA

A empresa _____(nome empresarial do licitante)_____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____(endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo)_____, infra-assinado, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____-SSP-__ e do CPF/MF nº _____, vem apresentar a seguinte proposta de preço para fornecimento de material de consumo, conforme descrição constante do Edital SRP SRRF03 nº 15/2022, de modo a atender às necessidades da **Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal**, conforme exposto abaixo:

1. DESCRIÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:

R\$ _____ (_____)(*) *Incluir obrigatoriamente o preço global da proposta (soma do valor global de todos os itens).*

3. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____ (Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na entrega dos materiais).

4. DECLARAÇÕES

Declaramos que na composição dos preços acima estão incluídas todas e quaisquer despesas relativas a custos de produção, despesas comerciais, fretes, seguros, despesas com embalagens, taxas de entrega, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, **inclusive diferencial de alíquota de ICMS**, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos serviços.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

_____(Localidade)_____, ____ de _____ de 20__.

(assinatura do Representante Legal, com nome completo)

Telefone/e-mail para eventual contato:



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 02/09/2022 16:05:32 por Giovanni Brigido Bezerra Cardoso.

Documento assinado digitalmente em 02/09/2022 16:05:32 por GIOVANNI BRIGIDO BEZERRA CARDOSO.

Esta cópia / impressão foi realizada por JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE em 02/09/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP02.0922.16109.GO1M

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

501094446272A7B029B1977F1602FC8CEA034BE754423118E8F2736F286446F4